

O CONCEITO DE ESPAÇO DE DAVID HARVEY
- IMPLICAÇÕES ONTOMETODOLÓGICAS

Armando Corrêa da Silva*

A pobreza física é uma decorrência da pobreza mental. A pobreza mental não é, como se diz, o fruto da ignorância, mas uma decorrência da opressão.

Um caminho lógico-metodológico de reflexão pode propor que o espaço é a categoria mais ampla no pensamento do geógrafo. Mas, o espaço é o maior lugar possível. E o lugar manifesta-se geograficamente como área, região ou território. A área, a região, o território, são modalidades possíveis de lugares; são sua expressão, assim, como são manifestações geográficas do espaço em geral. Eles contêm as manifestações empíricas específicas que conhecemos cotidianamente como a cidade, o campo, o porto, a estrada, o estabelecimento industrial — mas também a montanha, a floresta, o deserto, o lago, o oceano, as nuvens etc. Por isso, a discussão deve iniciar-se pela (dimensão espacial do objeto geográfico.)

Parece lógico — e formalmente o é — que o espaço seja uma dimensão universal; o lugar, uma dimensão particular; a área, a região, o território, uma dimensão singular. A reflexão sugere que na Geografia o universal, o particular e o singular têm essa conotação categorial. Além disso, verifica-se que — relacionando o universal, a particular e o singular — o espaço contém o lugar, e este contém a área, a região, o território. Inversamente, como se disse antes, a área, a região, o território, expressam o lugar, e este o espaço.

Constata-se que é feita uma classificação na qual existe uma hierarquia lógica que, associada às categorias gerais do entendimento humano, como o universal, o particular e o singular — é tratada do ponto de vista de uma lógica interna à dimensão espacial.

Este não é um caminho dialético: a Geografia tem vivido este impasse aristotélico-kantiano desde suas origens. Mas este procedimento tem validade heurística como se verá mais adiante.

→ PARMENÍDICO - CAETESIANO - KANTIANO
Pode-se optar, então, pela consideração de espaço, tempo e movimento como modos de ser da materialidade. Isto significa que o espa-

*Prof. Assist. Doutor do Departamento de Geografia da FFLCH da USP.

ço, o tempo e o movimento não constituem um "meio" no qual a matéria existe. O ser é ele próprio espaço, tempo e movimento desde logo. Assim também a matéria.

Diz-se que a natureza existe antes da existência do modo de produção e da formação social. Deve-se admitir, contudo, a idéia de um modo de produção natural e de uma formação natural como pré-requisitos do social. O natural, como já se demonstrou, é uma pré-condição necessária e suficiente da existência do modo de produção e da formação social. Então, a natureza é espaço, o modo de produção é espaço, a formação é espaço.

A partir daí a análise geográfica propõe que o espaço-superfície da terra é o resultado de uma desigual combinação de fatores que interagem e se equilibram gerando paisagens homogêneas e heterogêneas (hoje, também de planejamento). O espaço-superfície da terra é um resultado mas é ele próprio o ponto de partida geográfica.

O espaço-superfície da terra contém, desse modo, como dado natural e histórico, uma organização e uma estrutura própria (uma *forma espacial*), que lhe conferem a característica ontológica de uma *dimensão espacial* de existência do natural e do histórico.

A dialética em Geografia é, então, uma dialética da forma?

Não parece ser tão simples.

É preciso prosseguir.

A dimensão espacial é uma unidade na multiplicidade: o lugar é único e é múltiplo. É único e é múltiplo em sua naturalidade e historicidade.

A subdivisão possível entre Geografia Física e Geografia Humana é, por isso, produto da divisão do trabalho natural e humano, e representa uma dimensão espacial que é a negação da desigualdade genética original. Como a diversidade dada, natural e histórica, pressupõe a homogeneidade e a heterogeneidade ela pressupõe também as diferenças e semelhanças.

A acentuação das diferenças é um pressuposto das relações homem-meio natural; a acentuação das semelhanças é um pressuposto da posição de gêneros de vida.

Mas, em ambos os casos ocorre, na polêmica determinismo-possibilismo, o reconhecimento de que o espaço-superfície da terra é um dado, ao mesmo tempo simples e complexo, onde o único e o diverso têm sido o fundamento da construção da descrição através da tipologia: num caso uma tipologia das diferenças, em outro, uma tipologia das semelhanças. O diferente e o igual são, por isso, também, um dado dialético da dimensão espacial.

A compreensão de que a área, a região, o território são diferentes ou semelhantes e contém diferenças e semelhanças propõe sua análise, num primeiro momento, como uma trama de variações: eis o elemento capaz de fornecer a chave para a apreensão da essência do objeto espaço-superfície da terra (Hartshorne, *Questões...*, IPGH, Rio de Janeiro, 1969).

Esse espaço-superfície da terra contém, ao nível do singular, do particular e do universal, variações absolutas, relativas e relacionais, que lhe conferem a característica de uma totalidade empírica coe-
rente, possível de ser compreendida conceitualmente e categorialmente.

Voltou-se ao ponto de partida?

Uma tentativa abrangente de solução foi proposta recentemente por *David Harvey* em seu trabalho *Social Justice and the City* (The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1973).

Vejamos o que ele diz, nesta tradução direta do original.

"Há várias maneiras de pensar a respeito do espaço. É básico ter uma concepção correta do mesmo se deseja compreender o fenômeno urbano e a sociedade em geral; mesmo porque a natureza do espaço tem permanecido algo de misterioso na pesquisa social."

"Se tomamos o espaço como absoluto ele se torna uma coisa em si, como uma existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos utilizar para classificar ou para individualizar os fenômenos. A caracterização de um espaço relativo supõe que deve ser entendido como uma relação *entre* objetos, que existe somente porque os objetos existem e se relacionam. Há uma outra aceção segundo a qual o espaço pode ser tomado como relativo e proponho chamá-la relacional — espaço tomado, à maneira de *Leibniz*, como estando contido *em* objetos, no sentido de que um objeto existe somente na medida em que contém e representa dentro de si as relações com outros objetos."

"No primeiro dos ensaios contidos neste livro a questão a respeito de um ponto de vista relativo sobre o espaço é postergada. Mas este caso é também pesquisado de um modo particular. O argumento é ontológico, procurando resolver a questão o que é o espaço? Além disso, esta questão filosófica é pensada como tendo uma solução filosófica ou linguística independente de tudo o mais. O procedimento utilizado é o de que uma vez descoberto o que é o espaço e descoberto os modos de representá-lo, podemos avançar em nossa análise do fenômeno urbano introduzindo nosso entendimento do comportamento humano em alguma concepção geral do espaço. Este procedimento torna-se pouco significativo nos últimos ensaios (particularmente no Capítulo V) e o espaço torna-se o que fazemos dele durante o processo de análise mais do que antes deste. Posteriormente, o espaço não é nem absoluto, relativo ou relacional *em si mesmo*, mas pode transformar-se em um ou em outro, dependendo das circunstâncias. O problema da correta conceituação de espaço é resolvido através da prática humana em relação a ele. Em outras palavras, não há respostas filosóficas para as questões filosóficas que surgem sobre a natureza do espaço — as propostas estão na prática humana. A questão o que é o espaço? é, além disso, substituída pela questão o que é isso que as diferentes práticas humanas criam fazendo uso de distintas conceituações de espaço? A relação de propriedade, por exemplo, cria espaços absolutos dentro dos quais opera o controle monopolístico. O movimento de pessoas, bens, serviços e informações tem lugar num espaço relativo, porque é preciso dinheiro, tempo, energia etc, para ultrapassar o atrito da distância. Parcelas de terra também conseguem dividendo porque relacionam-se com outras parcelas; as forças potenciais demográficas, de mercado e varejo são bastante reais dentro de um sistema urbano e, sob a forma de renda do espaço relacional, surgem como um aspecto importante da prática social humana. A compreensão do urbanismo e do tema forma-espaço-processo social requer entender como a atividade humana cria a necessidade de conceitos espaciais específicos e como a prática social cotidiana resolve com aparente tranquilidade os mistérios filosóficos profundos relativos à natureza do espaço e às relações entre o processo social e as formas espaciais" (*Harvey, 13/4*).

O caminho lógico-metodológico é substituído por uma via epistemológica-metodológica.

Tanto no início, como agora, a preocupação era a mesma: a busca da essencialidade espacial.

Porque não propor o caminho ontológico diretamente?

Toda a discussão inicial poderia, então, resumir-se na seguinte proposição: a forma espacial é a expressão do lugar, que é a riqueza real, assim como a população que o habita e trabalha.

Caberia à Geografia descrever e explicar esse espaço, pois é de espaço que se trata, mostrando que a forma espacial é apenas a manifestação visível (ou não?) do espaço-superfície da terra — a paisagem percebida. Ora, trata-se de compreendê-la.

Seria possível chegar a essa compreensão através da proposição de *Harvey*?

Vejamos.

Diz *Milton Santos* que o espaço é social (Boletim Paulista de Geografia, AGB-SP, nº 54, 1977:81). Sim, de acordo, mas ele é também natural e não apenas como *segunda natureza*.

Como conseguir apreender a unidade do objeto?

Voltemos à modalidade de reflexão de *Harvey*.

Há um espaço absoluto, abstrato. Podemos propô-lo concreto, relacionado à materialidade do mundo. Esse espaço, em Geografia, é o *lugar* (área, região, território).

Há um espaço relativo que se refere a uma relação entre objetos, "que existe somente porque os objetos existem e se relacionam". Do primeiro pressuposto decorre que as relações são também materiais porque os objetos o são: a área, a região, o território.

Há uma espaço relacional, "à maneira de *Leibniz*", que se refere aos objetos, sendo contido por estes: "um objeto existe somente na medida em que contém e representa dentro de si as relações com outros objetos". O espaço relacional é também material, como consequência dos pressupostos anteriores: a área, a região, o território.

Os lugares e as relações de que trata a Geografia são sempre materiais e se expressam em uma *forma espacial* que é o espaço concreto. Esse espaço concreto é em parte empírico.

Para que se possa falar em um espaço abstrato-teórico — como em *Harvey* — convém começar pela forma espacial como expressão do espaço concreto ou, pelo menos, deixá-la implícita na argumentação.

Considere-se que o espaço absoluto contém o relacional e vice-versa. Também o espaço relativo contém o absoluto e o relacional.

O espaço absoluto determina o relacional se é qualitativamente mais importante: ele contém dentro de si a dimensão de hegemonia que o relaciona com outros espaços absolutos. O espaço relacional determina o espaço absoluto se, através da mediação do espaço relativo, pode modificar o espaço absoluto. Modificar o espaço absoluto é alterar-lhe as relações, de dentro para fora ou de fora para dentro. Como não existem espaços sem relações, desde logo a possibilidade de transformação está implícita no próprio espaço como ser.

É por aqui que se manifesta a forma espacial.

Essa manifestação é uma modalidade de movimento da matéria.

Então, o espaço é social, é natural — não é possível separar nesta instância — e é movimento.

Se o espaço é ser, então o espaço se move. Como? Como espaço relacional que, como se disse "representa dentro de si as relações com outros objetos". Por isso, também como espaço absoluto e como espaço relativo.

O natural e o social, como manifestações dos espaços absoluto, relativo e relacional movem-se em si e para si. Trata-se de apropriar-se dos mesmos transformando-os em espaços para nós. Para isso é preciso pensá-los como um todo.

A unidade do natural e do social realiza-se, por este caminho geoeconômico.